

## **Análise das Interações da Audiência Pública da Comissão Mista da MPV 1303/2025 sobre a Tributação de Aplicações Financeiras e Ativos Virtuais – 12/08/2025 – Gerado por IA**

Este relatório sintetiza as **198 participações dos cidadãos** recebidas durante a audiência pública interativa sobre a Medida Provisória nº 1.303/2025, organizada pela Comissão Mista responsável pela análise da matéria, em 12 de agosto de 2025. O objetivo é apresentar uma visão geral das principais preocupações, críticas e sugestões do público a respeito da proposta de unificação da alíquota do Imposto de Renda Retido na Fonte (IRRF) sobre aplicações financeiras e ativos virtuais.

O conteúdo foi gerado por inteligência artificial com base nas interações dos cidadãos neste evento. Ele apresenta uma análise automatizada das principais opiniões, preocupações e temas debatidos, buscando oferecer um panorama geral das discussões. Ressaltamos que, embora tenha passado por revisão humana, este relatório pode conter imprecisões ou interpretações que não reflitam integralmente o contexto das interações. Caso identifique informações que necessitem de correção ou ajuste, pedimos que entre em contato pelo [Fale Conosco](#).

Este documento não representa posicionamento oficial e não substitui análises detalhadas realizadas por especialistas.

### **Total de participações: 198**

### **Temas Principais**

1. **Crítica à Carga Tributária e aos Gastos do Governo (35%):** A maior parte das manifestações expressa uma forte oposição ao aumento de impostos. Os cidadãos argumentam que a carga tributária no Brasil já é excessivamente alta e que o governo deveria focar na redução de seus próprios gastos em vez de criar ou aumentar tributos. Muitos veem a medida como mais uma tentativa de financiar a máquina pública às custas do contribuinte, sem uma contrapartida em serviços de qualidade.

***Exemplo:** "Pelo amor de Deus! Nós não aguentamos mais tanto imposto! Precisa cortar gastos e baixar impostos, não aumentar. Chega!!!" (Luciano, A. GO)*

2. **Impacto para o Pequeno Investidor e Aumento da Desigualdade (20%):**

Muitos participantes acreditam que a alíquota única de 17,5% é injusta, pois trata de forma igual investidores com perfis e capacidades financeiras muito diferentes. A crítica central é que a medida prejudica o pequeno investidor e o poupador de longo prazo — que antes poderiam se beneficiar de uma alíquota de 15% — ao mesmo tempo em que favorece o especulador de curto prazo. Há também a percepção de que a regra beneficia investidores estrangeiros em detrimento dos nacionais.

***Exemplo:** "Em vez de alíquota única, prejudicando o 'pequeno investidor', por que não uma taxaço gradual que comece a partir de ganhos substanciais?" (Wilson, D. RJ)*

3. **Desestímulo ao Investimento e à Poupança de Longo Prazo (15%):** Cerca de 15% dos comentários alertam que a nova tributação, ao extinguir a tabela regressiva de imposto de renda, desincentiva a poupança de longo prazo, um pilar para o financiamento de setores estratégicos e para a estabilidade econômica individual. Os participantes temem que a medida provoque a fuga de capitais para mercados com tributação mais favorável, reduzindo a atratividade e a competitividade do Brasil.

***Exemplo:** "O Brasil tem taxa de poupança baixíssima, como eles esperam estimular investimentos de longo prazo com uma alíquota uniforme de 17,5%?" (Jones, P. RS)*

4. **Dúvidas e Críticas sobre a Alíquota e Ativos Específicos (15%):** Outros 15% dos cidadãos levantaram dúvidas técnicas sobre a MPV ou fizeram críticas direcionadas a pontos específicos. As perguntas mais comuns são sobre os critérios para a definição da alíquota de 17,5%, a abrangência do conceito de "ativos virtuais" e como a nova regra impactará investimentos

antes isentos, como LCI, LCA, CRI, CRA e Fundos Imobiliários (FIIs), que são cruciais para o financiamento dos setores agrícola e imobiliário.

***Exemplo:** "Além da tributação de aplicações financeiras, a MPV n.º 1303/2025 também abrange a tributação de que outros ativos?" (Emilly, C. RO)*

5. **Preocupações com Segurança Jurídica e Fiscalização (10%):** A falta de estabilidade nas regras tributárias é uma preocupação para 10% dos participantes. Eles questionam a segurança jurídica para os investimentos já realizados e futuros, temendo que novas mudanças possam ocorrer com frequência. Além disso, há dúvidas sobre a capacidade do governo de fiscalizar operações com criptoativos, especialmente aquelas realizadas em corretoras estrangeiras.

***Exemplo:** "As últimas medidas, incluindo esta proposta, são muito preocupantes em relação à segurança jurídica e comprometem a confiança no longo prazo." (Leonardo, D. MS)*

6. **Manifestações Favoráveis e Sugestões de Justiça Fiscal (5%):** Uma minoria de 5% dos comentários é favorável à medida ou apresenta sugestões para aprimorá-la. Em geral, o apoio está condicionado à ideia de justiça tributária, defendendo que a renda proveniente de capital seja tributada. As sugestões incluem a criação de faixas de isenção para proteger os menores investidores e a proposta de que a cobrança seja progressiva, incidindo mais sobre os grandes ganhos.

***Exemplo:** "Reduzir o teto de isenção (ex.: R\$ 15 mil) seria a solução inteligente, pois manteria o acesso do pequeno investidor ao mercado." (Marcel, T. PB)*

Em conclusão, as participações dos cidadãos revela uma forte oposição à Medida Provisória nº 1.303/2025. Os temas predominantes nas interações foram a crítica à elevada carga tributária e aos gastos governamentais, o impacto negativo da alíquota

única sobre os pequenos investidores e a poupança de longo prazo, e o temor de um desestímulo geral aos investimentos no país. Embora uma pequena parcela dos participantes tenha se mostrado favorável à medida, condicionando seu apoio a mecanismos de justiça fiscal, a percepção geral é de que a proposta é prejudicial e desconsidera as diferentes realidades dos investidores brasileiros. As preocupações com a segurança jurídica e a clareza de certas definições também foram pontos de destaque. Todas as perguntas e comentários do público no evento estão disponíveis na página:

<https://www12.senado.leg.br/ecidadania/visualizacaoaudiencia?id=34964>